

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.611 - SP (2019/0137926-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : DIVA MARIA DOS SANTOS CAMILLO
ADVOGADOS : ANAPAUULA CATANI BRODELLA NICHOLS - SP087362
PEDRO PAULO DE REZENDE PORTO FILHO E OUTRO(S) -
SP147278
LILIAN CHIARA SERDOZ - SP254779
BRENNO PAIONE LOUZADA - SP303400
RECORRIDO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CONDIÇÕES DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. PASSIVA. INOCORRÊNCIA. REQUERIDA BRADESCO SAÚDE S/A A QUEM, NA CONDIÇÃO DE ADMINISTRADORA DO PLANO DE SAÚDE, CABERÁ O CUMPRIMENTO DE EVENTUAL DECISÃO FAVORÁVEL À PARTE AUTORA. PRELIMINAR REJEITADA. SEGURO. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO DE CONTRATO COLETIVO POR ADESÃO. PRETENSÃO DA BENEFICIÁRIA DE SER MANTIDO COMO BENEFICIÁRIO DO PLANO DE SAÚDE. INADMISSIBILIDADE. RESCISÃO UNILATERAL IMOTIVADA DOS CONTRATOS COLETIVOS POR ADESÃO PERMITIDA PELA RESOLUÇÃO N. 195/2009 DA ANS. ART. 13, P. Ú., INC. II DA LEI N. 9.656/98 QUE NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS COLETIVOS. MIGRAÇÃO PARA CONTRATO INDIVIDUAL OU FAMILIAR, SEM NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DE NOVOS PRAZOS CARENCIAIS. INVIABILIDADE. MALGRADO PREVISTA NA RESOLUÇÃO 19/1999 DO CONSU, TAL POSSIBILIDADE SE CONDICIONA À OFERTA, PELA SEGURADORA, DE PLANOS DE TAL NATUREZA. REQUERIDA QUE, NO CASO, NÃO COMERCIALIZA APÓLICES INDIVIDUAIS OU FAMILIARES. AÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO.

A parte recorrente sustenta ser impossível a resolução unilateral do plano de saúde coletivo quando ainda recebe tratamento para câncer de mama, devendo, então, prosseguir a relação como seguro individual ou familiar.

Acerca do tema em debate, assim se pronunciou a sentença (fl. 227 e-STJ):

In casu, restou incontroverso que a autora foi beneficiária do seguro coletivo de reembolso de despesas de assistência médico hospitalar ofertado pelo réu, tendo optado tempestivamente pela manutenção do plano na modalidade individual, após ter sido o cientificada da rescisão contratual do plano coletivo operada entre sua empregadora e o réu. **Restou incontroverso ainda a realização de tratamento médico pela autora para o combate a um câncer desde 2015.**

Analizando detidamente o conjunto probatório, notadamente o contrato do o 25 plano coletivo empresarial - condições gerais, nota-se que na cláusula 12.4 há expressa previsão da possibilidade de contratação de seguro individual ou familiar pelos segurados, sem a necessidade de cumprimento de novos prazos de carência, quando da extinção do contrato de plano coletivo [fls. 56].

Confirmada a premissa fática enunciada pela recorrente, necessária a reforma do acórdão estadual para adequá-lo à jurisprudência pacificada pelo STJ, de que são exemplo, entre muitos, os seguintes julgados:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESILIÇÃO UNILATERAL. REALIZAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE TRATAMENTO MÉDICO GARANTIDOR DA SOBREVIVÊNCIA OU A MANUTENÇÃO DA INCOLUMIDADE FÍSICA DO BENEFICIÁRIO. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 568 DO STJ. DANOS MORAIS. ILICITUDE DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO. COMPROVAÇÃO DOS DANOS MORAIS. REDUÇÃO DO QUANTUM. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso

imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (art. 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009). Nada obstante, no caso de usuário em estado de saúde grave, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), deve-se aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença. Precedente. Súmula nº 568 do STJ.

3. Rever o entendimento do TJSP quanto ao cabimento e valor da indenização por danos morais demandaria, inevitavelmente, o exame do contexto fático-probatório dos autos. Valor fixado que não se mostra abusivo. Súmulas nsº 5 e 7 do STJ.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1841372/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 19/02/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESILIÇÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO. EXCEÇÃO. BOA-FÉ. DIVERGÊNCIA INTERNA. DECISÃO SINGULAR QUE, ADEMAIS, FOI RECONSIDERADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA. ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC.

1. "O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009).

2. Nada obstante, no caso de usuário internado, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), dever-se-á aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença" (AgInt no AREsp 885.463/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 8/5/2017).

Superior Tribunal de Justiça

2. A indicação de decisão em sentido contrário ao julgado agravado, que foi reconsiderada, informação omitida pelo recorrente, demonstra tentativa de induzir em erro o colegiado e torna o recurso manifestamente inadmissível.

3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.

(AgInt no AREsp 1085841/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 20/03/2018, DJe 04/04/2018)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, para restabelecer a sentença.

Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora